

O suplicio do Papai Noel

Claude Lévi-Strauss

O SUPLÍCIO DO PAPAÍ NOEL

COSACNAIFY

Tradução Denise Bottmann

As festas de Natal de 1951 ficarão marcadas na França por uma polêmica que encontrou grande repercussão junto à imprensa e à opinião pública e introduziu um tom de inusitado azedume no clima geralmente alegre dessa época do ano. Há vários meses as autoridades eclesíásticas, na voz de alguns prelados, já manifestavam sua desaprovação à importância cada vez maior que as famílias e os comerciantes vinham dando à figura do Papai Noel. Elas denunciavam uma preocupante “paganização” do dia de Natal, desviando o espírito público do sentido propriamente cristão dessa comemoração, em favor de um mito sem valor religioso. Tais ataques aumentaram nas vésperas

do Natal; com maior discricção, mas igual firmeza, a Igreja Protestante uniu sua voz à da Igreja Católica. Cartas de leitores e artigos nos jornais já vinham demonstrando de maneiras variadas, geralmente contrárias à posição eclesiástica, o interesse despertado pelo assunto. Por fim, o ponto culminante ocorreu em 24 de dezembro, durante uma manifestação que foi descrita pelo repórter do jornal *France-Soir* nos seguintes termos:

PAPAI NOEL É QUEIMADO NO ÁTRIO DA CATEDRAL DE DIJON DIANTE DE CRIANÇAS DE ORFANATOS

Dijon, 24 de dezembro (enviado do *France-Soir*)

Papai Noel foi enforcado ontem à tarde nas grades da Catedral de Dijon e queimado publicamente em seu átrio. Essa execução espetacular se realizou na presença de várias centenas de internos de orfanatos. Ela contou com o aval do clero,

que condenara Papai Noel como usurpador e herege. Ele foi acusado de paganizar a festa de Natal e de se instalar como um intruso, ocupando um espaço cada vez maior. Censuram-no, sobretudo, por ter-se introduzido em todas as escolas públicas, de onde o presépio foi meticulosamente banido.

Às três horas da tarde do domingo, o infeliz velhinho de barbas brancas pagou, como muitos inocentes, por um erro cujos culpados eram os que aplaudiram a execução. O fogo queimou suas barbas e ele se esvaiu na fumaça.

Ao final da execução, distribuiu-se um comunicado cujos principais termos eram:

Representando todos os lares cristãos da paróquia, dispostos a lutar contra a mentira, 250 crianças, reunidas diante da porta principal da Catedral de Dijon, queimaram o Papai Noel.

Não se tratou de um espetáculo, e sim de um gesto simbólico. Papai Noel foi sacrificado em holocausto. De fato, a mentira não pode despertar o sentimento religioso na criança e não é, de modo algum, um método educativo – que outros digam e

escrevam o que quiserem e façam de Papai Noel o contrapeso do Père Fouettard.¹

Para nós, cristãos, o Natal deve continuar a ser o festejo que comemora o nascimento do Salvador.

8 A execução de Papai Noel no átrio da catedral foi avaliada de diversas maneiras pela população e despertou vivos comentários mesmo entre os católicos.

Além disso, essa manifestação intempestiva corre o risco de ter conseqüências não previstas por seus organizadores.

O assunto divide a cidade em dois campos.

Dijon aguarda a ressurreição do Papai Noel assassinado ontem no átrio da catedral. Ele ressuscitará hoje às 18 horas, na prefeitura. Com efeito, um comunicado oficial anunciou que ele convocava as crianças, como em todos os anos, para a

1 Personagem do folclore francês que castiga as crianças que se comportam mal.

Praça da Libertação e que a elas se pronunciará do alto do edifício da prefeitura, onde circulará sob as luzes dos projetores.

O cônego Kir, prefeito de Dijon, preferiu não tomar partido neste caso delicado.

No mesmo dia, o suplício do Papai Noel ocupou todas as manchetes; não houve um jornal que não comentasse o episódio, e alguns – como o já citado *France-Soir*, que, como se sabe, é o de maior circulação na França – chegaram a lhe dedicar um editorial. De modo geral, a atitude do clero de Dijon foi criticada, e aparentemente a tal ponto que as autoridades religiosas julgaram conveniente bater em retirada, ou pelo menos guardar certa reserva; no entanto, dizem que nossos ministros estão divididos a respeito da questão. Os artigos, em sua maioria, são cheios de dedos: é tão bonito acreditar em Papai Noel, não faz mal a ninguém, as crianças se divertem tanto e guardam lembranças

deliciosas para a maturidade etc. Na verdade, fogem à questão em vez de respondê-la, pois não se trata de justificar as razões pelas quais as crianças gostam de Papai Noel, e sim as razões pelas quais os adultos o inventaram. Seja como for, são reações tão unânimes que, a essa altura, é inquestionável a existência de um divórcio entre a opinião pública e a Igreja. Embora seja um episódio mínimo, o fato é importante, pois, desde a Ocupação, o desenrolar da história na França apontava uma progressiva reconciliação entre a religião e uma opinião pública em larga medida descrente: prova disso é a presença, nos gabinetes do governo, de um partido político tão claramente religioso como o MRP.² Por sinal, os anticlericalistas tradicionais deram-se conta da inesperada oportunidade que lhes era oferecida: agora

² Sigla de Mouvement Républicain Populaire, partido democrata-cristão fundado por Georges Bidault em 1944.

são eles, em Dijon e em outras partes, que passam por defensores do Papai Noel ameaçado. Papai Noel símbolo da irreligião, que paradoxo! Pois nesse episódio, é como se a Igreja adotasse um espírito crítico ávido por franqueza e verdade, enquanto os racionalistas posam de guardiães da superstição. Tal aparente inversão de papéis basta para sugerir que o singelo episódio encobre questões mais profundas. Estamos diante de uma manifestação sintomática de uma acelerada evolução das crenças e dos costumes, primeiro na França, mas certamente também em outros países. Não é todos os dias que o etnólogo encontra uma ocasião tão propícia para observar, em sua própria sociedade, o crescimento súbito de um rito, e até de um culto; de pesquisar suas causas e estudar seu impacto sobre as outras formas de vida religiosa; enfim, de tentar compreender a quais transformações globais, ao mesmo tempo mentais e sociais, se associam as manifestações visíveis so-

bre as quais a Igreja – com forte tradição nesses assuntos – não se enganou, pelo menos enquanto se limitava a lhes atribuir um valor significativo.

*
* * *

12

Há cerca de três anos, ou seja, desde que a atividade econômica voltou quase ao normal, a comemoração do Natal assumiu na França uma dimensão desconhecida antes da guerra. Esse desenvolvimento, tanto por sua importância material quanto pelas formas em que se apresenta, certamente é resultado direto da influência e do prestígio dos Estados Unidos. Assim, vimos surgir os grandes pinheiros, montados nos cruzamentos ou nas avenidas principais, iluminados à noite; os papéis decorativos para embrulhar os presentes de Natal; os cartões de boas-festas, e o costume de expô-los em cima da lareira dos destinatários na semana fatídica;

as campanhas do Exército da Salvação erguendo nas ruas e nas praças seus caldeirões como se fossem potinhos de pedintes; por fim, as pessoas vestidas de Papai Noel para receber os pedidos das crianças nas grandes lojas de departamentos. Todos esses costumes que, poucos anos atrás, pareciam pueris e barrocos aos franceses que visitassem os Estados Unidos, como um dos sinais mais evidentes da profunda incompatibilidade entre as duas mentalidades, agora se implantaram e se aclimataram na França com uma facilidade e uma amplitude que se tornam assunto a ser estudado pelo historiador das civilizações.

13

Nesse campo, como em outros, estamos assistindo a uma vasta experiência de difusão, não muito diferente daqueles fenômenos arcaicos que estávamos acostumados a estudar nos exemplos distantes do *briquet à piston*³

3 Acendedor de fogo por fricção.

ou da *piroque à balancier*.⁴ Mas é mais fácil e ao mesmo tempo mais difícil estudar fatos que se desenrolam sob nossos olhos, tendo como palco nossa própria sociedade. Mais fácil, porque a continuidade da experiência está salvaguardada, com todos os seus momentos e cada uma de suas nuances; e também mais difícil, porque são nessas raríssimas ocasiões que percebemos a extrema complexidade das transformações sociais, mesmo as mais tênues; e porque as razões aparentes que atribuímos aos acontecimentos nos quais somos atores são muito diferentes das causas reais que neles nos determinam algum papel.

Assim, seria simplista demais explicar o desenvolvimento da comemoração do Natal na França apenas pela influência dos Estados Unidos. O empréstimo é

4 Canoa rústica com um apoio lateral, que era usada em todo o Sudeste Asiático e na Polinésia.

inegável, mas não traz consigo razões suficientes para explicar o fenômeno. Enumeremos brevemente as mais evidentes: há muitos americanos na França, os quais comemoram o Natal à sua maneira; o cinema, os *digests*, os romances e também algumas reportagens da grande imprensa tornaram conhecidos os costumes americanos, e estes gozam do prestígio atribuído à potência militar e econômica dos EUA; tampouco se exclui a conjectura de que o Plano Marshall tenha favorecido, direta ou indiretamente, a importação de algumas mercadorias ligadas ao rito natalino. Mas tudo isso não basta para explicar o fenômeno. Costumes importados dos EUA impõem-se a camadas da população que lhes desconhecem a origem; os meios operários, onde a influência comunista poderia desacreditar tudo o que traz a marca *made in USA*, os adotam com a mesma disposição dos demais. Assim, em vez de uma difusão simples, cabe invocar aquele processo

tão importante que Kroeber, o primeiro a identificá-lo, chamou de “difusão por estímulo” (*stimulus diffusion*): o costume importado não é assimilado, mas funciona como um catalisador, ou seja, provoca com a sua presença o surgimento de um uso semelhante que já estava potencialmente presente no meio secundário. Ilustremos esse ponto com um exemplo diretamente relacionado ao nosso tema. O industrial fabricante de papel que vai aos Estados Unidos, a convite dos colegas americanos ou como membro de uma missão econômica, constata que lá fabricam papéis especiais para os pacotes de Natal; ele adota a idéia, e temos aí um fenômeno de difusão. A dona de casa parisiense que vai à papelaria do bairro comprar o papel necessário para embrulhar seus presentes vê na vitrine papéis mais bonitos e de melhor acabamento do que aqueles que costumava usar; ela ignora totalmente os costumes americanos, mas esse papel satisfaz uma exigência es-

tética e exprime uma disposição afetiva que já existia, só não dispunha de meios de expressão. Ao escolhê-lo, a dona de casa não adota diretamente (como o fabricante) um costume estrangeiro, mas esse costume, tão logo é reconhecido, estimula nela o nascimento de um costume igual.

Em segundo lugar, não se pode esquecer que a comemoração natalina, já antes da guerra, estava em processo ascendente na França e em toda a Europa. Isso estava relacionado, inicialmente, à melhoria progressiva do nível de vida, mas também a motivos mais sutis. Com as características que conhecemos, o Natal é uma festa essencialmente moderna, apesar dos múltiplos traços arcaizantes. O uso do visco não é, pelo menos em primeira instância, uma herança druídica, pois parece ter voltado à moda na Idade Média. O pinheiro de Natal não é mencionado em parte alguma antes de certos textos alemães do século XVII;

ele segue para a Inglaterra no século XVIII, e chega à França apenas no século XIX. O dicionário *Littré* parece conhecê-lo pouco ou sob forma muito diferente da nossa, pois o define (no verbete *Noël*) com a designação: “Em alguns países, de um ramo de pinheiro ou de azevinho com diferentes enfeites, guarnecido principalmente de balas e brinquedos para serem dados às crianças, que fazem uma tremenda festa”. A variedade de nomes dados ao personagem incumbido de distribuir os brinquedos às crianças – Papai Noel, São Nicolau, Santa Claus – também mostra que ele é resultado de um fenômeno de convergência, e não um protótipo antigo conservado por toda parte.

O desenvolvimento moderno, porém, não é uma invenção: ele se limita a recompor peças e fragmentos de uma antiga comemoração, cuja importância nunca foi totalmente esquecida. Se a árvore de Natal para *Littré* é quase uma instituição exótica, Cheruel nota de

maneira significativa, em seu *Dictionnaire historique des institutions, moeurs et coutumes de la France* (segundo o próprio autor, uma adaptação do *Dictionnaire des antiquités nationales de Sainte Palaye*, 1697-1781): “O Natal [...] foi, durante vários séculos e até uma época recente [grifo nosso], a ocasião de festas em família”; segue-se uma descrição das festas de Natal no século XVIII, que não parecem ficar atrás das nossas. Assim, estamos diante de um ritual cuja importância flutuou bastante ao longo da história; teve apogeu e declínios. A forma americana é apenas sua encarnação mais moderna.

Aliás, essas rápidas indicações bastam para mostrar que, diante desse tipo de problema, é preciso desconfiar das explicações demasiado fáceis que apelam automaticamente aos “vestígios” e às “sobrevivências”. Se nunca tivesse existido um culto às árvores nos tempos pré-históricos, que se prolongou em várias tradições folclóricas, a Europa moderna certamente não te-

ria “inventado” a árvore de Natal. No entanto – como mostramos mais acima –, ela é uma invenção recente. Essa invenção, porém, não nasceu do nada.

Pois outros costumes medievais são plenamente comprovados: a chamada lenha de Natal (que inspirou um bolo natalino em Paris), um tronco espesso para arder a noite toda; os círios de Natal, com uma dimensão própria para a mesma finalidade; a decoração das casas (desde as Saturnais romanas, sobre as quais voltaremos a falar) com ramos verdes: hera, azevinho, pinheiro; por fim, e sem nenhuma relação com o Natal, os romances da *Távola Redonda* mencionam uma árvore sobrenatural recoberta de luzes. Em tal contexto, a árvore de Natal surge como uma solução sincrética, isto é, concentra num só objeto exigências até então dispersas: árvore mágica, fogo, luz duradoura, verde persistente. Inversamente, Papai Noel, em sua forma atual, é uma criação moderna, e ainda mais re-

cente é a crença que situa sua morada na Groenlândia, possessão dinamarquesa (o que obriga o país a manter uma agência de correio especial para responder às cartas de crianças do mundo inteiro), e o mostra viajando em um trenó puxado por renas. Consta que esse aspecto da lenda se desenvolveu principalmente na última guerra, devido à presença de tropas americanas na Islândia e na Groenlândia. E, no entanto, as renas não estão ali por acaso, visto que existem documentos renascentistas ingleses mencionando troféus de renas durante as danças de Natal, antes de qualquer crença em Papai Noel, e quem dirá da formação de sua lenda.

Assim, fundem-se e refundem-se elementos muito antigos, introduzem-se novos, encontram-se fórmulas inéditas para perpetuar, transformar ou reviver usos de velha data. Não há nada de especificamente novo – sem jogo de palavras – no renascimento do Natal.

Por que, então, ele desperta tanta emoção, e por que é em torno da figura de Papai Noel que se concentra a animosidade de algumas pessoas?

*
* * *

22

Papai Noel veste-se de vermelho: é um rei. A barba branca, as peles, as botas e o trenó evocam o inverno. É chamado de “papai” e é idoso: encarna, portanto, a forma benevolente da autoridade dos antigos. Tudo isso é bastante claro, mas em que categoria ele deve ser classificado, do ponto de vista da tipologia religiosa? Não é um ser mítico, pois não há um mito que dê conta de sua origem e de suas funções; tampouco é um personagem lendário, visto que não há nenhuma narrativa semi-histórica ligada a ele. Na verdade, esse ser sobrenatural e imutável, fixado eternamente em sua forma e definido por uma função exclusiva e um retor-

no periódico, pertence mais à família das divindades; as crianças prestam-lhe um culto em certas épocas do ano, sob a forma de cartas e pedidos; ele recompensa os bons e priva os maus. É a divindade de uma categoria etária de nossa sociedade (categoria etária, aliás, suficientemente caracterizada pelo fato de acreditar em Papai Noel), e a única diferença entre Papai Noel e uma verdadeira divindade é que os adultos não crêem nele, embora incentivem as crianças a acreditar e mantenham essa crença com inúmeras mistificações.

23

Papai Noel, portanto, é em primeiro lugar a expressão de um *status* diferenciado entre as crianças, de um lado, e os adolescentes e adultos, de outro. Desse ponto de vista, ele se liga a um vasto conjunto de crenças e práticas que os etnólogos estudam na maioria das sociedades, a saber, os ritos de passagem e de iniciação. De fato, são raros os agrupamentos humanos em que as crianças (às vezes também as mulhe-

res) não estão, de uma maneira ou de outra, excluídas da sociedade dos homens pela ignorância de certos mistérios ou pela crença – cuidadosamente alimentada – em alguma ilusão que os adultos se reservam o direito de desvendar em um instante oportuno, sacramentando assim o momento em que as gerações jovens se integram ao mundo deles. Por vezes, tais ritos guardam uma semelhança surpreendente com os ritos que estamos examinando agora. Como não notar, por exemplo, a analogia entre Papai Noel e as *katchina* dos índios do sudoeste norte-americano? Esses personagens fantasiados e mascarados encarnam deuses e ancestrais; voltam periodicamente à aldeia para dançar e para punir ou recompensar as crianças, e dá-se um jeito para que elas não reconheçam os pais ou parentes sob o disfarce tradicional. Papai Noel certamente pertence à mesma família, com outros colegas agora postos em segundo plano: o *Croquemitaine*,

o *Père Fouettard* etc.⁵ É extremamente significativo o fato de as mesmas tendências educacionais que hoje proíbem o apelo a essas “*katchina*” punitivas enaltecem a figura benevolente do Papai Noel, em vez de englobá-lo na mesma condenação, como permitiria supor o desenvolvimento do espírito positivo e racionalista. Sob este aspecto, não houve racionalização dos métodos pedagógicos, pois Papai Noel não é mais “racional” do que o *Père Fouettard* (neste ponto a Igreja tem razão): assistimos a um deslocamento mítico, e é isso que requer explicação.

É fato consumado que os ritos e mitos de iniciação têm uma função prática nas sociedades humanas: eles ajudam os mais velhos a manter a ordem e a obediência entre os mais novos. Durante o ano todo, invocamos a

5 Personagens do folclore francês usados para assustar as crianças, como os equivalentes brasileiros Cuca e Bicho Papão.

vinda de Papai Noel para lembrar às crianças que a generosidade dele será proporcional ao bom comportamento delas; e o caráter periódico da distribuição dos presentes é útil para disciplinar as reivindicações infantis, para reduzir a um período curto a época em que elas têm realmente o *direito* de exigir presentes. Mas esse enunciado simples basta para mostrar como são insuficientes os quadros da explicação utilitária. Pois de onde vem a idéia de que as crianças têm direitos, e que tais direitos se impõem de forma tão imperiosa aos adultos que estes são obrigados a elaborar mitos e rituais custosos e complicados para conseguir contê-los e limitá-los? Logo percebemos que a crença em Papai Noel não é apenas uma *mistificação* agradavelmente imposta pelos adultos às crianças; é, em larga medida, o resultado de uma *negociação* muito onerosa entre as duas gerações. Ocorre com o ritual inteiro o mesmo que com as folhagens verdes – pinheiro, aze-

vinho, hera, visco – com que decoramos nossas casas. Hoje são meros adornos, mas outrora, pelo menos em algumas regiões, eram objeto de uma *troca* entre duas parcelas da população: na véspera do Natal, na Inglaterra, até o final do século XVIII, as mulheres faziam o chamado *gooding*, isto é, saíam pedindo de casa em casa, e ofertavam ramos verdes aos que colaboravam. Encontraremos as crianças na mesma situação, e cabe notar que elas, no peditório de São Nicolau, às vezes se vestiam de mulher: mulheres, crianças, ou seja, em ambos os casos, não-iniciados.

Ora, trata-se de um aspecto muito importante dos rituais de iniciação que nem sempre recebeu atenção suficiente, mas que esclarece melhor sua natureza do que as considerações utilitárias mencionadas no parágrafo anterior. Tomemos como exemplo o ritual das *katchina* dos índios Pueblo, já citado. Se não se revela às crianças a natureza humana dos personagens que

encarnam as *katchina*, será apenas para que os tenham ou respeitem e se comportem de acordo com isso? Sim, sem dúvida, mas esta é apenas a função secundária do ritual, pois existe outra explicação, que o mito original esclarece perfeitamente. Este mito explica que as *katchina* são as almas das primeiras crianças indígenas, que se afogaram dramaticamente num rio à época das migrações ancestrais. Assim, as *katchina* são ao mesmo tempo prova da morte e testemunho da vida após a morte. E não é tudo: quando os antepassados dos índios atuais finalmente se estabeleceram na aldeia, conta o mito que as *katchina* vinham visitá-los todos os anos e, ao ir embora, raptavam as crianças. Os índios, desesperados com a perda dos filhos, conseguiram que as *katchina* ficassem no além, em troca da promessa de representá-las uma vez por ano com danças e máscaras. Se as crianças são excluídas do mistério das *katchina*, não é primeiramente e nem principalmente

para intimidá-las. Eu diria antes que é pela razão contrária: é porque elas são as *katchina*. Elas são excluídas da mistificação porque representam a realidade com a qual a mistificação precisa estabelecer uma espécie de compromisso. O lugar delas é outro: não com as máscaras e os vivos, mas com os deuses e os mortos; com os deuses que são os mortos. E os mortos são as crianças.

Acreditamos que essa interpretação pode ser aplicada a todos os ritos de iniciação e mesmo a todas as ocasiões em que a sociedade se divide em dois grupos. A “não-iniciação” não é apenas um estado de privação, definido pela ignorância, pela ilusão ou por outras conotações negativas. A relação entre iniciados e não-iniciados tem um conteúdo positivo. É uma relação complementar entre dois grupos, sendo que um representa os mortos e, o outro, os vivos. Durante o ritual, aliás, é comum que os papéis se invertam várias vezes, pois a dualidade engendra uma reciprocidade de perspecti-

vas que, como espelhos colocados frente a frente, pode se repetir ao infinito: se os não-iniciados são os mortos, eles também são super-iniciados; e se, como também ocorre com frequência, são os iniciados que personificam os fantasmas dos mortos para assustar os neófitos, é a estes que caberá, num estágio posterior do ritual, dispersá-los e impedir que retornem. Sem prosseguir nessas considerações, que nos afastariam de nosso objetivo, basta lembrar que, na medida em que as crenças e os ritos ligados a Papai Noel derivam de uma sociologia iniciática (e sobre isto não restam dúvidas), trazem à tona, para além da oposição entre crianças e adultos, uma oposição mais profunda entre mortos e vivos.

*
* * *

Chegamos à conclusão precedente por uma análise puramente sincrônica da função de certos rituais e do con-

teúdo dos mitos que servem para fundá-los. Mas uma análise diacrônica nos levaria ao mesmo resultado. Pois os folcloristas e os historiadores das religiões admitem de modo geral que a origem distante de Papai Noel se encontra no Abade de Liesse, o *Abbas Stultorum*, o Abade do Desregramento, que traduz fielmente o inglês *Lord of Misrule*, personagens que, durante um certo período, são reis do Natal, e nos quais reconhecemos os herdeiros do rei das Saturnais da época romana. Ora, as Saturnais eram as festas das *larvae*, isto é, dos mortos por violência ou abandonados sem sepultura, e por trás do velho Saturno, devorador de criancinhas, alinham-se como imagens simétricas o bom velhinho Noel, benfeitor das crianças; o Julebok escandinavo, demônio chifrudo do mundo subterrâneo que traz presentes para elas; São Nicolau, que as ressuscita e lhes dá presentes, e, por fim, as *katchina*, crianças mortas precocemente que renunciam ao papel de assassinos

de crianças para se tornarem aquelas que distribuem castigos e presentes. Acrescentemos que o protótipo arcaico de Saturno, tal como as *katchina*, é um deus da germinação. De fato, o personagem moderno de Santa Claus ou de Papai Noel resulta da fusão sincrética entre várias figuras: o Abade de Liesse, bispo-menino eleito sob a invocação de São Nicolau, e o próprio São Nicolau, cuja festa deu origem direta às crenças relativas às meias, aos sapatos e às chaminés. O Abade de Liesse reinava no dia 25 de dezembro; São Nicolau, no dia 6 de dezembro; os bispos-meninos eram eleitos no dia dos Santos Inocentes, ou seja, 28 de dezembro. O Jul escandinavo era comemorado em dezembro. Somos remetidos diretamente à *libertas decembris* de que fala Horácio, e que Du Tillot, no século XVIII, invocou para ligar o Natal às Saturnais.

As explicações pelas sobrevivências são sempre incompletas, pois os costumes não desaparecem nem

sobrevivem sem motivo. Quando sobrevivem, é menos pela viscosidade histórica do que pela permanência de uma função que a análise do presente deve permitir esclarecer. Se demos um lugar de destaque aos índios Pueblo em nossa discussão, é justamente porque a ausência de qualquer relação histórica imaginável entre as suas instituições e as nossas (se exce- tuarmos algumas influências espanholas tardias, no século XVII) mostra claramente que, nos ritos natalinos, estamos diante não só de vestígios históricos, mas também de formas de pensamento e comportamento que derivam das condições mais gerais da vida em sociedade. As Saturnais e a comemoração medieval do Natal não trazem consigo as razões definitivas de um ritual de outra maneira inexplicável e desprovido de significação, mas fornecem um material comparativo útil para extrairmos o sentido profundo de instituições recorrentes.

Não surpreende que os aspectos não-cristãos da festa de Natal se assemelhem às Saturnais, dado existirem boas razões para supor que a Igreja tenha escolhido a data de 25 de dezembro (em vez de março ou janeiro) para o dia de Natal a fim de que a comemoração natalina substituísse as festas pagãs celebradas primitivamente em 17 de dezembro, mas que, no final do Império, duravam uma semana, ou seja, iam até o dia 24. De fato, desde a Antigüidade até a Idade Média as “festas de dezembro” apresentam as mesmas características. Primeiro, a decoração das casas com folhagens verdes; depois, os presentes trocados ou dados às crianças; a alegria e os festejos; por fim, a confraternização entre ricos e pobres, senhores e servos.

Sob uma análise mais detida, surgem algumas analogias estruturais igualmente marcantes. Como as Saturnais romanas, o Natal medieval oferece duas características sincréticas e opostas. Em primeiro lu-

gar, é uma reunião e uma comunhão: a diferença entre classes e estados fica temporariamente abolida, escravos ou servos sentam-se à mesa dos senhores e estes se tornam seus servidores; as mesas, fornidas com abundância, estão abertas a todos; homens e mulheres vestem as roupas uns dos outros. Mas, ao mesmo tempo, o conjunto da sociedade se reparte ao meio: a juventude forma um corpo autônomo, elege seu soberano, o bispo da juventude ou, como na Escócia, o *Abbot of Unreason*; conforme indica o título, os jovens entregam-se a condutas enlouquecidas que se traduzem em abusos contra o resto da população e que, como sabemos, assumem, até o Renascimento, as formas mais extremas: blasfêmias, roubos, estupros e mesmo assassinatos. No Natal, como nas Saturnais, a sociedade funciona em um ritmo duplo de *solidariedade acentuada* e de *antagonismo exacerbado*, e essas duas características aparecem como um par de oposições correlatas. O personagem

do Abade de Liesse realiza uma espécie de mediação entre esses dois aspectos. Ele é reconhecido e até entronizado pelas autoridades regulares; sua missão é comandar os excessos, mantendo-os dentro de certos limites. Qual a relação entre esse personagem e sua função, de um lado, e, de outro, o personagem e a função de Papai Noel, seu descendente remoto?

Cabe distinguir aqui, cuidadosamente, entre o ponto de vista histórico e o ponto de vista estrutural. Historicamente, como dissemos, o Papai Noel da Europa Ocidental, com sua preferência pelas chaminés e pelos sapatos, resulta pura e simplesmente de um deslocamento recente da festa de São Nicolau, assimilada à comemoração de Natal, três semanas mais tarde. Isto explica porque o jovem bispo se transforma num velho, mas apenas em parte, pois as transformações são mais sistemáticas do que o acaso das conexões históricas e de calendário nos faria admitir. Um per-

sonagem real se tornou um personagem mítico; uma emanção da juventude, simbolizando seu antagonismo em relação aos adultos, fez-se símbolo da idade madura, tradução da disposição benévola em relação à mocidade; o apóstolo das más condutas é incumbido de sancionar as boas condutas. Os adolescentes abertamente agressivos com seus pais são substituídos pelos pais, que se ocultam sob barbas postiças para cobrir as crianças de presentes. O mediador imaginário substitui o mediador real e, ao mesmo tempo em que muda de natureza, começa a operar no sentido contrário.

Afastemos desde já algumas considerações que não são essenciais ao debate, mas que correm o risco de semear confusão. A “juventude”, como categoria etária, desapareceu em larga medida da sociedade contemporânea (embora há alguns anos estejamos assistindo a certas tentativas de reconstituição ainda muito recentes para que saibamos em que vão resultar).

Um ritual que outrora se distribuía entre três grupos de protagonistas – crianças, jovens, adultos – hoje envolve apenas dois grupos (pelo menos no que se refere ao Natal): os adultos e as crianças. Assim, a “desrazão” do Natal perdeu em larga medida seu ponto de apoio; ela se deslocou e, ao mesmo tempo, se enfraqueceu: no grupo dos adultos, ela sobrevive apenas na véspera do Ano Novo, e, na noite de São Silvestre, na Times Square. Mas examinemos, então, o papel das crianças.

Na Idade Média, as crianças não aguardam, em paciente expectativa, a descida de seus brinquedos pela chaminé. Geralmente disfarçadas, e agrupadas em bandos, e por isso chamadas em francês arcaico de *guisarts* (“disfarçados”), elas vão de casa em casa, cantando e apresentando seus votos, recebendo em troca doces e frutas. É significativo que evoquem a morte para fazer valer seus créditos. Assim, na Escócia setecentista, cantavam esses versos:

*Rise up, good wife, and be no’ swier (lazy)
To deal your bread as longs you’re here;
The time will come when you’ll be dead,
And neither want nor meal nor bread.*⁶

Mesmo que não dispuséssemos desta indicação preciosa, e daquela, não menos significativa, sobre o disfarce que transforma os atores em espíritos ou fantasmas, teríamos outras, derivadas do estudo dos peditórios infantis. Sabemos que eles não se limitam à época do Natal.⁷ Ocorrem durante todo o período crítico do outono, quando a noite ameaça o dia tal como os mortos acoçam os vivos.

6 Em tradução livre “Vai, minha senhora – nada de preguiça! –, / Repartir teu pão enquanto estás viva. / Dia virá em que estarás bem morta. / Sem precisar de pão nem de compota”. Citado por J. Brand, *Observations on Popular Antiquities*. Londres [s.n.], 1900, p. 243.

7 A esse respeito ver A. Varagnac, *Civilisation traditionnelle et genre de vie*. Paris: Albin Michel, 1948, pp. 92, 122 et passim.

As coletas natalinas começam várias semanas, geralmente três, antes do Natal, estabelecendo assim uma ligação com os pedidos rituais, igualmente sob disfarces, da festa de São Nicolau, que ressuscitou as crianças mortas; suas características ficam ainda mais evidentes no primeiro peditório da estação, o de *Hallow-Even* (que, por determinação eclesiástica, ficou marcado para a véspera do Dia de Todos os Santos), no qual as crianças, como ainda hoje acontece nos países anglo-saxões, perseguem os adultos vestidas de fantasmas e esqueletos, até que os adultos comprem a tranqüilidade de volta com alguns presentes miúdos. O avanço do outono, desde seu começo até o solstício, que marca o resgate da luz e da vida, é acompanhado, no plano ritual, de um trâmite dialético cujas principais etapas são: o retorno dos mortos, suas ameaças e perseguições, o estabelecimento de um *modus vivendi* com os vivos feito do intercâmbio de serviços e presentes, e, por fim, o triunfo da vida, quando, no dia

de Natal, os mortos, cobertos de presentes, deixam os vivos em paz até o próximo outono. É revelador que os países latinos e católicos, até o século XIX, tenham colocado a ênfase em São Nicolau, isto é, na forma mais moderada da relação, ao passo que os países anglo-saxões costumam desdobrá-la em suas duas formas extremas e antitéticas: o *Halloween*, em que as crianças fazem o papel de mortos para extorquir presentes dos adultos, e o Natal, em que os adultos presenteiam as crianças exaltando-lhes a vitalidade.



A partir daí, esclarecem-se as características aparentemente contraditórias dos ritos natalinos: durante três meses, a visita dos mortos aos vivos tornou-se mais e mais insistente e opressiva. Assim, no dia da despedida pode-se permitir festejá-los e lhes oferecer

uma última ocasião de se manifestar livremente, ou, como diz tão fielmente o inglês, *to raise hell* [“soltar os demônios”]. Mas quem pode personificar os mortos numa sociedade de vivos, a não ser todos os que, de uma maneira ou de outra, não estão completamente integrados ao grupo, ou seja, que participam daquela *alteridade* que é a própria marca do supremo dualismo, o dualismo entre os mortos e os vivos? Assim, não admira ver os estrangeiros, os escravos e as crianças como os principais beneficiários da festa. A inferioridade na condição política ou social e a desigualdade etária são, deste ponto de vista, critérios equivalentes. De fato, dispomos de inúmeros testemunhos, sobretudo nos países escandinavos e eslavos, que desvelam como característica própria da festa de Ano Novo ser ela uma ocasião de oferecer alimento aos mortos, na qual os convivas desempenham o papel de mortos, tal como as crianças desempenham o de anjos, e os anjos,

o de mortos. Não surpreende, pois, que o Natal e o Ano Novo (seu duplo) sejam festas de presentes: a festa dos mortos é, na essência, a festa dos outros, visto que o fato de ser outro é a primeira imagem aproximada que podemos construir a respeito da morte.

Temos agora condições de responder às duas perguntas colocadas no início deste ensaio. Por que o personagem do Papai Noel ganha espaço, e por que a Igreja observa esse movimento com preocupação?

Vimos que Papai Noel é o herdeiro e, ao mesmo tempo, a antítese do Senhor da Desrazão. Essa transformação indica, em primeiro lugar, uma melhoria de nossas relações com a morte; para ficarmos quietes com ela, já não cremos ser necessário permitir-lhe periodicamente a subversão da ordem e das leis. Agora, a relação é regida por um espírito de benevolência levemente desdenhosa; podemos ser generosos, tomar a iniciativa, pois é apenas uma questão de lhe oferecer

presentes e até brinquedos, ou seja, símbolos. Mas esse enfraquecimento da relação entre mortos e vivos não se dá em detrimento do personagem que encarna tal relação: diríamos, pelo contrário, que ele até se desenvolve melhor. Essa contradição seria insolúvel se não admitíssemos que outra atitude em relação à morte continua a avançar entre nossos contemporâneos: talvez feita não do modo tradicional de espíritos e fantasmas, e sim do medo de tudo o que a morte representa, em si mesma e para a vida, em termos de empobrecimento, aridez e privação. Observemos os ternos cuidados que temos com Papai Noel, as precauções e os sacrifícios que aceitamos para manter seu prestígio intocado junto às crianças. Não será porque, lá no fundo de nós, ainda persiste a vontade de acreditar, por pouco que seja, numa generosidade irrestrita, numa gentileza desinteressada, num breve instante em que se suspende qualquer receio, qualquer inveja, qualquer amargura? Sem dúvida,

não podemos compartilhar plenamente a ilusão, mas o que justifica nossos esforços é que, alimentada em outrem, ela nos oferece pelo menos uma oportunidade de nos aquecer à chama acesa nessas jovens almas. A crença que inculcamos em nossos filhos de que os brinquedos vêm do além oferece um alibi ao movimento secreto que nos leva a ofertá-los ao além, sob o pretexto de dá-los às crianças. Dessa maneira, os presentes de Natal continuam a ser um verdadeiro sacrifício à doçura de viver, que consiste, em primeiro lugar, em não morrer.

Certa vez, Salomon Reinach escreveu com muita profundidade que a grande diferença entre as religiões antigas e as modernas consiste no fato de que “os pagãos rogavam aos mortos, ao passo que os cristãos rogam pelos mortos”.⁸

8 S. Reinach, “L’Origine des prières pour les morts”, in *Cultes, mythes, religions*, tomo 1. Paris: Ernest Lerou, 1904, p. 319.

Sem dúvida, há uma grande distância entre a prece aos mortos e a prece repleta de conjurações que, todos os anos e cada vez mais, dirigimos às crianças – encarnação tradicional dos mortos – para que, acreditando no Papai Noel, elas consintam em nos ajudar a acreditar na vida. Mas deslindamos os fios que testemunham a continuidade entre essas duas expressões de uma mesma realidade. A Igreja não está errada quando denuncia na crença em Papai Noel o bastião mais sólido e um dos campos mais ativos do paganismo no homem moderno. Resta saber se o homem moderno não pode também defender seus direitos de ser pagão. Por fim, uma última observação: há um longo caminho das Saturnais até o bonachão Papai Noel; durante a jornada, parecia ter-se perdido definitivamente um traço essencial, talvez o mais arcaico das Saturnais. Pois Frazer já mostrou que o próprio rei das Saturnais é o herdeiro de um protótipo antigo que, depois de per-

sonificar o rei Saturno e se entregar a todos os excessos durante um mês, era solenemente sacrificado no altar de Deus. Graças ao auto-de-fé de Dijon, eis o herói reconstituído em todas as suas características, e não deixa de ser um dos grandes paradoxos desse curioso episódio que, pretendendo acabar com Papai Noel, os eclesiásticos de Dijon não tenham feito mais do que restaurar em sua plenitude, após um eclipse de alguns milênios, uma figura ritual cuja perenidade, a pretexto de destruí-la, coube justamente a eles demonstrar.

Sobre o autor

CLAUDE LÉVI-STRAUSS nasceu em 28 de novembro de 1908. Formou-se em Direito e Filosofia na Sorbonne. Aos 26 anos tornou-se um dos primeiros professores da recém-criada Universidade de São Paulo. Nesse período (1934-35) fez expedições entre os Bororo, os Kadiwéu e os Nambikwara, mais tarde recontadas em *Tristes trópicos* (1955). Em 1959 ingressou no Collège de France, onde fundou o Laboratoire d'Anthropologie Sociale. Foi um dos criadores da revista *L'Homme* (1961). Em 1973, passa a fazer parte da Academia Francesa. Publicou, entre outros clássicos, *As estruturas elementares do parentesco* (1949), *O pensamento selvagem* (1962) e as *Mitológicas* (1964-71). Em 2008 teve sua obra incluída na coleção Pléiade, da editora Gallimard.

Claude Lévi-Strauss na Cosac Naify

Antropologia estrutural

Mitológicas 1: O cru e o cozido

Mitológicas 2: Do mel às cinzas

Mitológicas 3: A origem dos modos à mesa

De perto e de longe (entrevistas a Didier Eribon)

© COSAC NAIFY, 2008

© CLAUDE LÉVI-STRAUSS, 1952

Coordenação editorial

CASSIANO ELEK MACHADO e FLORENCIA FERRARI

Preparação

LUIS DOLHNIKOFF

Revisão

AUGUSTO MASSI e REGIANE M. P. BARBOZA

Projeto gráfico

ELAINE RAMOS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lévi-Strauss, Claude [1908-]

O suplício do Papai Noel

Título original: Le père Noel supplicié

Tradução: Denise Bottmann

São Paulo: Cosac Naify, 2008

ISBN 978-85-7503-754-6

1. Antropologia estrutural 2. Papai Noel 3. Signos e símbolos – Aspectos religiosos – Cristianismo I. Título.

08-11109

CDD-299

Índices para catálogo sistemático:

1. Papai Noel: Rito natalino: Antropologia estrutural 299

COSAC NAIFY

Rua General Jardim, 770, 2º andar

01223-010 São Paulo SP

Tel [55 11] 3218 1444

www.cosacnaify.com.br

Atendimento ao professor [55 11] 3218 1473

Esta edição é uma homenagem aos cem anos de Claude Lévi-Strauss. Foram impressos, em novembro de 2008, 5.000 exemplares em papel alta alvura 120 g/m², pela RR Donnelley. A fonte utilizada foi a Gentium, de Victor Gaultney.

